



# **SENADO FEDERAL**

## **PARECER (SF) Nº 100, DE 2017**

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o processo Projeto de Lei do Senado nº230, de 2017, do Senador Antonio Anastasia, que Dispõe sobre a obrigatoriedade de órgãos e entidades públicas federais transmitirem as sessões colegiadas por meio audiovisual, em tempo real e pela internet.

**PRESIDENTE EVENTUAL:** Senador Paulo Rocha

**RELATOR:** Senador Otto Alencar

23 de Agosto de 2017



## PARECER Nº , DE 2017

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2017, do Senador Antonio Anastasia, que *dispõe sobre a obrigatoriedade de órgãos e entidades públicas federais transmitirem as sessões colegiadas por meio audiovisual, em tempo real e pela internet.*



RELATOR: Senador **OTTO ALENCAR**

### I – RELATÓRIO

É submetido ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 230, de 2017, de autoria do Senador Antonio Anastasia. A proposição pretende tornar obrigatória a transmissão, em tempo real e pela internet, das sessões colegiadas de órgãos e entidades públicas federais.

Para tanto, seu art. 1º estabelece a quais entes se aplica a obrigação: todos os órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta da União, incluindo os que compõem os Poderes Legislativo e Judiciário Federais, o Ministério Público Federal, a Defensoria Pública e o Tribunal de Contas da União.

O art. 2º determina a transmissão compulsória, via internet, de todas as sessões deliberativas relacionadas às funções jurisdicionais ou normativas dos colegiados dos referidos entes. Ainda de acordo com o dispositivo, as sessões poderão ser transmitidas por meio dos perfis das entidades nas redes sociais (§ 1º), e o acesso ao conteúdo veiculado será público, livre e gratuito, independentemente de qualquer cadastro ou autenticação (§ 2º).

O art. 3º prevê que as transmissões sejam gravadas e armazenadas, em meio magnético ou virtual, por um período de, no mínimo, cinco anos.

O art. 4º da proposição dispensa a transmissão em tempo real de sessões colegiadas que tratem de matéria sigilosa, mantendo as obrigações de gravação e de armazenamento, nos termos do artigo anterior. Sujeita ainda as informações armazenadas ao disposto na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

Por fim, o art. 5º estabelece o prazo de um ano a contar de sua publicação para que a lei entre em vigor.

O PLS nº 230, de 2017, foi distribuído à CCT, e em sede de decisão terminativa, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Não foram apresentadas emendas à proposição.

## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CCT deliberar sobre proposições relacionadas à informática, como é o caso das transmissões via internet prevista na iniciativa em tela.

No mérito, deve-se louvar o PLS nº 230, de 2017. Como diz o autor em sua justificção, a proposição busca aperfeiçoar os mecanismos de transparência no processo de decisão dos entes públicos, utilizando as novas tecnologias de transmissão e de acesso à informação, de baixo custo, baseadas na internet.

É de se notar que uma série de órgãos do Poder Público já disponibilizam suas sessões deliberativas por meio de transmissões *on line*, como é o caso do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal. Também no Poder Executivo essa prática está cada vez mais difundida. As reuniões do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), por exemplo, são transmitidas ao vivo via internet, como também as são as sessões de seu Conselho Consultivo.

Nesse sentido, de forma a ampliar essa prática para todos os entes públicos federais, somos amplamente favoráveis ao teor do projeto de lei em análise, que não merece reparos.



### III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2017.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





## Relatório de Registro de Presença

### CCT, 23/08/2017 às 08h30 - 21ª, Extraordinária

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PMDB			
TITULARES		SUPLENTE	
WALDEMIR MOKA	PRESENTE	1. AIRTON SANDOVAL	PRESENTE
VAGO		2. HÉLIO JOSÉ	PRESENTE
VALDIR RAUPP		3. DÁRIO BERGER	PRESENTE
JOÃO ALBERTO SOUZA		4. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
PAULO ROCHA	PRESENTE	1. GLEISI HOFFMANN	
VAGO		2. LINDBERGH FARIAS	
JORGE VIANA	PRESENTE	3. ÂNGELA PORTELA	
ACIR GURGACZ		4. REGINA SOUSA	

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	1. DAVI ALCOLUMBRE	
RICARDO FERRAÇO		2. VAGO	
JOSÉ AGRIPINO		3. VAGO	

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
OMAR AZIZ	PRESENTE	1. GLADSON CAMELI	
OTTO ALENCAR	PRESENTE	2. IVO CASSOL	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE	1. LÍDICE DA MATA	PRESENTE
VAGO		2. CRISTOVAM BUARQUE	PRESENTE

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTE	
VAGO		1. PEDRO CHAVES	PRESENTE
MAGNO MALTA		2. EDUARDO LOPES	PRESENTE

### Não Membros Presentes

FÁTIMA BEZERRA  
ATAÍDES OLIVEIRA  
CIDINHO SANTOS  
VICENTINHO ALVES  
TELMÁRIO MOTA

## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PLS 230/2017)**

EM REUNIÃO REALIZADA NESTA DATA, APÓS A LEITURA DO RELATÓRIO, ENCERRADA A DISCUSSÃO, COLOCADO EM VOTAÇÃO, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DE AUTORIA DO SENADOR OTTO ALENCAR, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CCT, FAVORÁVEL AO PROJETO.

23 de Agosto de 2017

Senador PAULO ROCHA

Presidiu a reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia,  
Inovação, Comunicação e Informática